

IDENTIDADE PROFISSIONAL, SUA CONSTRUÇÃO NA «MODERNIDADE TARDIA»*

Aida Ferreira

Directora da Licenciatura em Serviço Social da Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Resumo

Pretendemos abordar nesta comunicação a construção da Identidade Profissional do Serviço Social na actualidade.

Reflectimos sobre o contexto da emergência da profissão, a sua evolução histórica e as marcas sócio-políticas das suas Práticas.

Analisamos, à luz do conceito de “*Modernidade Tardia*” (Giddens, 1994), as dinâmicas institucionais marcadas pelas noções de globalização, fragmentação e dispersão levadas ao extremo, onde o local e global interagem como resultado de múltiplas influências, mas onde os sujeitos implicados têm de agir reflexivamente sobre o passado histórico, como adquirido, o presente como construção possível e o futuro como projecto a ser definido em comum.

Abstract

We pretend describe in this communication the construction of the identity of social work profession in actuality.

We reflect about the emergency context of the profession, his historic evolution end the marks of social policies of their practices.

We analyses, under the concept of “*Last Modernity*” (Giddens, 1994), the institutional dynamics marked by the notions of globalisation, fragmentation and dispersion in extreme, where the local and global to interact like results of very influences but where the actors must to act reflectively about the historic past, like acquired, the present like possibility of construction and the future like a project to define in common.

*“Quando o real treme,
esboroa-se a identidade,
as imagens ordenadas,
ressurgindo o sempre-imprevisível,
que não é dominável pela antecipação nem
pela imaginação, apesar de todo o trabalho
de pro-gramação que sobre ele tem sido exercido.”*

(Bragança de Miranda, 1997)

A abordagem do tema «Identidade Profissional, Sua Construção Na «Modernidade Tardia»» contém em si logo à partida, três conceitos fundamentais: Modernidade Tardia, Construção de Identidades Profissionais e Identidade Profissional, no nosso caso, do Serviço Social, por ser este, o objecto de debate deste Congresso.

* Comunicação ao “I Congresso Nacional de Serviço Social”, Aveiro 23/24 de Maio 2002.

Particularidades lexicais...

Procuraremos defini-los de uma forma articulada, dando assim corpo à estrutura pensada para a apresentação desta nossa comunicação, fruto de consultas bibliográficas, de informação colhida em conferências e debates, mas também, de reflexões elaboradas sobretudo no respeitante à complexidade de um todo que é a profissão de Assistente Social na actualidade.

A profissão de Serviço Social emerge no contexto da modernidade, finais do século xx, mas expande-se a partir do início do século xx como resposta liberal e conservadora à designada “questão social”. Os Assistentes Sociais constituem-se como agentes executores de práticas assistencialistas, sob a hegemonia do projecto de sociedade burguesa, correspondente ao modelo capitalista instalado e tornado cada vez mais mundial.

Importa referenciar os traços básicos da modernidade.

Segundo Giddens (1994), a modernidade assenta fundamentalmente em três dimensões constitutivas da dinâmica da vida social.

a) “**Separação do tempo e do espaço**”, se na pré-modernidade o tempo e o espaço estavam ligados à situacionalidade do lugar, na vida social moderna surge a sua separação originando a dimensão “vazia” do tempo e puxando assim o espaço para fora do lugar. A existência de um sistema de datação universal e de horários globalmente articulados transformam as relações sociais desta “aldeia global”. As organizações sociais modernas coordenam as acções de muitos seres humanos que estão fisicamente ausentes e onde a mediação do lugar já não é necessária, surgindo também o “esvaziamento” do espaço.

b) “**Mecanismos de descontextualização**” traduzem-se em sistemas abstractos essencialmente de dois tipos.

As “garantias simbólicas”, meios de troca, com valor padrão, intercambiáveis em múltiplos contextos, sendo o dinheiro o mais importante pelas múltiplas transacções possíveis, colocando o tempo e o espaço entre parênteses.

Os “sistemas periciais”, que de igual modo põem o tempo e o espaço entre parênteses, traduzem-se em modos de conhecimento técnico válidos do ponto de vista dos que os praticam e dos que os utilizam. Compreendem as dimensões tecnológica e relacional, onde têm lugar por exemplo, o cientista, o conselheiro, o terapeuta, o médico e outros técnicos criados no contexto da modernidade.

c) “**Reflexividade institucional**” implica o uso de novas informações e conhecimentos, acerca dos aspectos da vida social e das relações materiais com a natureza, numa perspectiva de organização e transformação. A informação é parte constituinte das instituições modernas. Existindo muitas possibilidades de reflexão, as ciências sociais jogam um papel fundamental nessa reflexividade, pois é sempre possível fazer a revisão de qualquer doutrina científica à luz de novas descobertas, informações e conhecimentos.

Estas três dimensões diferenciam as instituições modernas das formas pré-modernas, no respeitante ao seu dinamismo, erosão de hábitos e tradições e consequentemente quanto ao impacte global.

Há assim discontinuidades entre as instituições sociais tradicionais e as instituições modernas traduzidas em três aspectos fundamentais:

- o “ritmo de mudança” assente numa rapidez extrema;
- o “alcance da mudança” produzindo vagas de transformação social na totalidade do planeta Terra;
- a “natureza das instituições modernas” emergindo novas formas sociais entre as quais o “sistema político do Estado-Nação” cuja importância vai ser decisiva para a emergência da profissão de Serviço Social.

São estas características da modernidade que prevalecem na actualidade de uma forma exaustiva.

Assim sendo, é nos finais do século xx e na viragem para o século xxi, que surge uma nova interpretação da ordem pós-tradicional, a que se chama “modernidade”, interpretada por Giddens, como modernidade “tardia”, ou modernidade “radicalizada” e por outros autores como: Jean-François Lyotard, “pós-modernidade”; Daniel Bell, “sociedade da informação”; Jean Baudrillard, “sociedade de consumo”; Alain Touraine e também Daniel Bell, “sociedade pós industrial”.

Optamos pela designação de Modernidade Tardia, seguindo o pensamento giddensiano, no sentido em que os traços fundamentais da modernidade se mantêm na actualidade, estando, é certo, muito mais acentuados, mas, não se constituindo como elementos definidores de um novo paradigma pois não se vive uma época de manifesta disparidade em relação ao passado. Tal como afirma Bragança de Miranda (1994), é na modernidade que a experiência está marcada pela *racionalidade*, o que só é possível “*quando existe uma auto-reflexividade crítica que permite uma distância perante a opacidade da experiência dominante*”. Ora, esta racionalidade permanece hoje e no que respeita ao mundo económico está levada à exaustão.

Para Giddens (1992) “*Se estamos a avançar para uma fase de pós modernidade, isso significa que a trajectória do desenvolvimento social está a levar-nos para longe das instituições da modernidade, em direcção a um tipo novo e distinto de ordem social.*” Assim sendo, “*não seria possível nenhum conhecimento sistemático da acção humana ou das tendências do desenvolvimento social.*”

Para este autor a noção de “Modernidade Tardia” significa “*a corrente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização de traços básicos da modernidade.*” (Ib., 1994).

A modernidade tardia é vista como “problema sociológico”, reconhecendo-se que as ligações entre a sociologia e as instituições modernas são actualmente muito mais complexas e problemáticas, tornando-se necessário reformular as premissas dessa mesma análise sociológica.

Os acontecimentos distantes tornam-se próximos, através da influência dos *media* inter-agindo na organização básica das relações

sociais, acabando por corresponder, por um lado, à noção de que vivemos num só mundo e, por outro lado, à noção de fragmentação e dispersão.

Há assim uma interligação entre os dois “extremos”, o de influência global e o de dimensão local, onde as profissões de qualquer área estão necessariamente envolvidas através da sua dinâmica como corpo activo, pensante e interactivo.

Não são por estas razões, passivas nem determinadas por influências externas, mas antes, capazes de assumirem reflexivamente protagonismos com influências de ordem local e global.

Nesta dinâmica, a Construção de Identidades Profissionais resulta de um movimento permanente de construção e reconstrução, alicerçado historicamente constituindo-se como uma totalidade, síntese de múltiplas determinações políticas, económicas, sociais e culturais.

Essa construção implica os actores sociais envolvidos, num processo de busca de sentido, a partir de um conjunto cultural de atributos que adquire prioridade sobre todas as outras identidades que cada indivíduo possa ter.

Tal como afirma Manuel Castells, (1999) um indivíduo ou um actor colectivo podem ter várias identidades, o que pode engendrar tensões e contradições tanto da imagem que ele tem de si mesmo como da sua acção na sociedade.

Neste sentido a identidade é diferente da noção de “papel”. Os papéis articulam-se com as normas determinadas pelas instituições ou organizações das sociedades. Enquanto que as identidades são fontes de sentido para os actores, eles mesmos e por eles mesmos.

A identidade só se adquire, se, e quando os actores sociais a interiorizam e a constroem, com um sentido que é de todos os implicados, traduzindo-se em elementos simbólicos e sobretudo no objectivo da acção comum.

Sendo portanto uma construção a identidade vai sendo redefinida em função de determinações sociais da própria estrutura social, num contexto de tempo-espaco onde as relações de força actuam em cada momento histórico.

Estando adquirido que o Serviço Social é uma profissão por corresponder aos requisitos exigidos para o seu reconhecimento como tal, interessa reflectir sobre a sua identidade social a partir da posição ocupada numa sociedade onde o trabalho é o elemento fulcral constitutivo dessa mesma identidade.

Como afirma Robert Castel (1995) o salário não é somente um modo de retribuição do trabalho, mas a condição a partir da qual os indivíduos são distribuídos no espaco social. Ele é o “princípio único” que os reúne e os separa fundando assim uma identidade social, a partir da noção de “centralidade do trabalho” na modernidade.

E se, para Yves Barel (1990) o trabalho tem a função de “grande integrador” por ser um “indutor” que percorre vários campos tornando

possível diversas integrações, tais como a familiar, a profissional, a política, a cultural ele cria também diferenças e conflitos.

Ao construir-se na modernidade uma “civilização do trabalho” fazendo-se coincidir as antigas profissões com a emergência de uma multiplicidade de profissões e novas profissões, cruzando-se na modernidade tardia extremos, como os “simbólico-analíticos” (Reich, 1991) e os “integrados” através da sua ocupação no “trabalho social” (Castel, 1995), perguntamos, como se actualiza a Identidade do Serviço Social, sempre em reconstrução de si própria como espelho do seu trabalho, implicado também na reconstrução de outras identidades?

É o que procuraremos reflectir agora.

A (Re)-Construção da Identidade Profissional, no contexto da Modernidade Tardia, implica do nosso ponto de vista, uma abordagem tridimensional que compreende:

1. uma reflexividade do percurso histórico da profissão, assumindo-se este como parte integrante da identidade profissional, contextualizada no tempo e no espaco;
2. uma reflexividade sobre a contemporaneidade do trabalho do Assistente Social, como “sistema pericial” tendo em conta as mudanças aceleradas de um mundo global que fragmenta, dispersa, interfere no local e complexifica o instituído;
3. uma reflexividade prospectiva de um projecto profissional assente na definição, sempre aberta, de uma profissão actuante em função dos outros e da sua auto-valorização.

“De modo a termos uma ideia de quem somos, temos de ter uma noção de como nos tornámos no que somos, e de para onde vamos.” (Charles Taylor, 1981, citado por Giddens, 1994).

Quanto ao percurso histórico do Serviço Social, numa perspectiva de contextualização política no mundo ocidental, não podemos enjeitar as suas raízes nem a sua emergência como tendo “(...) a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis subjacentes – alienação, contradição e antagonismo – pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido(...)” (Martinelli, 2000).

Nasce assim ligado a um projecto de hegemonia da classe burguesa, como criação típica do capitalismo, inserido numa estratégia de “controle social”, com uma identidade atribuída na continuidade das práticas sociais caritativas, obedecendo a uma forma de intervenção técnica, organizada, controladora, repressiva e normalizadora.

No início, o Serviço Social depende, mesmo na acção que desenvolve, de outras profissões, especialmente da Medicina e da Educação. É com o decorrer de algumas décadas do século XX que a profissão vai encontrando a sua autonomia e identidade, sobretudo a partir da análise da diferença de actuação e do seu objectivo,

comparativamente, a médicos, psicanalistas, enfermeiros, professores, entre outros.

Contudo, o estatuto de profissão, constitutivo dessa mesma identidade, só é aceite cerca dos anos 60 do século xx.

De acordo com Negreiros, Kruse, (1976), refere Greenwood como tendo uma opinião negativa em relação à Teoria do Serviço Social por ele considerada, como «Teoria Prática», “(...) *construída principalmente de uma forma própria de procedimentos de tentativa e erro, de um modo, cruamente empírico, numa forma altamente pragmática*(...)” (Negreiros et al., 1999). Era uma construção a partir da experiência e não assente na «Teoria Científica» com base em investigações sistemáticas.

É com o período de Reconceptualização que se dá a grande viragem ao nível da reflexão sobre a natureza do Serviço Social, os seus objectivos e funções, a metodologia de intervenção, e as teorias sociais que o informam. São os actores, Assistentes Sociais que tentam identificar e construir o sentido da sua acção e o objectivo da mesma.

Jogam-se também aqui, as contradições entre identidades pessoais construídas a partir de uma origem de classe com os respectivos valores e ideologias, e, a reconstrução de uma identidade colectiva a partir da profissão, onde os objectivos são marcadamente políticos. A adesão a uma Tradição Conservadora, ou a uma Tradição Revolucionária marca a partir desta reflexão histórica as Práticas dos actores profissionais.

Subsiste por outro lado, segundo Paulo Netto (1992) a incógnita da “especificidade” do Serviço Social e a incógnita da “operacionalidade” pelo facto de que *“as peculiaridades operacionais da sua prática não revelam a profissionalização: tudo se passa como se a especificação profissional não rebatesse na prática – o específico prático-profissional do Serviço Social mostrar-se-ia na fenomenalidade empírica como a inespecificidade operatória.”* Esta é também uma questão a reflectir na modernidade tardia.

As fases mais psicologistas, sociologistas e crítico-dialécticas traduzem o ecletismo do Serviço Social e por vezes o seu sincretismo. A sua ligação às teorias sociais é parte integrante da sua identidade, e começa a ser a partir dos anos 80, um desafio ao acréscimo do saber científico produzido pelo Serviço Social, como parceiro, no âmbito das Ciências Sociais.

Dependendo a ciência *“do princípio metodológico da dúvida, por muito querida e aparentemente bem estabelecida, que seja uma dada doutrina científica, ela está aberta à revisão – ou pode ser completamente posta de lado –, à luz de novas ideias ou descobertas.”* (Giddens, 1994).

Esperemos que a produção científica do Serviço Social na actualidade, seja constitutiva de novas ideias e descobertas sobre os objectivos da sua intervenção assentes prioritariamente na construção da autodeterminação e da justiça social.

Quanto ao ponto dois, uma reflexividade sobre a contemporaneidade do trabalho do Assistente Social deveremos perceber e interpretar alguns dos seguintes sinais contraditórios:

– a instituição “moderna” Estado Nação” vai delegando, cada vez mais, as suas funções na sociedade civil organizada, à escala local, territorializada, mas também a organizações com dimensão global, significando muitas vezes perda de direitos sociais para as crianças, jovens, mulheres e homens, de todas as idades.

Pergunto: qual é neste momento o sentido do nosso trabalho e o objectivo da nossa acção?

– A dimensão global, característica da modernidade, e, muito mais radicalmente da modernidade tardia, com influências a nível do local, não é geralmente tida em conta nas intervenções territorializadas, agindo-se como se de um fenómeno isolado se tratasse; O “social” aparece fragmentado e disperso originando respostas igualmente fragmentadas e pontuais.

Pergunto: que questionamento fazemos da interacção entre global e local e das suas implicações no nosso trabalho?

– No agir local o Assistente Social vai sendo substituído por outras profissões, do mesmo nível académico, mas com outra formação, embora essas mesmas profissões tenham campo de acção próprio e devam ser incorporadas em equipas transdisciplinares, beneficiando assim utentes e clarificando as respectivas identidades profissionais a partir da noção de formação/profissão/trabalho.

Pergunto: que reflexão temos feito sobre a nossa substituição por outros profissionais, com outras identidades?

– Na mesma lógica, do resolver localmente, o trabalho do Assistente Social passa a ser realizado por pessoas com cursos de grau académico inferior, por cursos de formação profissional acelerada, por voluntários com cursos intensivos, numa amálgama de “bem fazer” onde o pressuposto é de que todos são igualmente capazes de ajudar quem precisa, sem mais análises do passado e futuro mas actuando apenas no presente, no pontual, no imediatismo e apaziguador do aqui e agora.

Pergunto: que posição política temos tomado para preservar as representações sociais de um trabalho que é património da nossa identidade?

– Há nestas questões e noutras “possíveis” de formular, dimensões que se cruzam. Por um lado, entre o agir em função dos cidadãos actores com quem trabalhamos, e, por outro lado, em função de nós mesmos como profissionais também actores, implicados nas relações de força no momento histórico presente. Estas relações de força actuam em vários sentidos, numa teia complexa onde só a

reflexividade conjunta pode ajudar a descortinar o sombrio, o confuso e o oculto.

Só deste modo a identidade profissional reconhecida pela sociedade e construída durante cem anos, através de um percurso de procura e transformação, não será alienada em contextos de grandes contradições como o que vivemos presentemente.

Quanto ao projecto profissional ele deve conter prioridades neste novo milénio:

- compreenderá, do nosso ponto de vista, o debate público com os seus pares, para a implementação dos direitos humanos e como ideal a prosseguir, uma perspectiva de igualdade de oportunidades para todos;
- implicará a participação na definição das políticas sociais;
- abrangerá prioritariamente as condições de pobreza e exclusão social como fenómeno global, os grupos cuja condição especial sempre foram objecto de intervenção social, (referimo-nos a crianças, deficientes, idosos etc.) onde a advocacia social deverá ter uma expressão de efectividade;
- deverá traduzir-se no desenvolvimento, cada vez maior, da vertente investigação social como construção de conhecimento e alimento substantivo da própria identidade renovada;
- reformulará a representatividade da classe profissional, através de um órgão com a força de negociação, que a sociedade reconheça como “par” traduzido o mais breve possível na passagem da APSS a Ordem.

Não pretendemos esgotar todas as dimensões significativas implicadas na reconstrução da Identidade Profissional neste tempo de modernidade tardia, deixaremos em aberto o desafio, a todas e todos os presentes para um novo élan, no momento em que a profissão está a ser reclamada para a “reconstrução” do social.

A citação de Bragança de Miranda com que iniciei esta comunicação não é paralisante, mas antes, na nossa leitura e no contexto desta comunicação, um alerta para o real, para a sua imprevisibilidade e sobretudo para a importância da capacidade de agir reflexivamente no momento em que os acontecimentos emergem. Estes podem sempre ultrapassar toda a imaginação e antecipação antes programada.

Refrências bibliográficas

- ARENDR, Hannah (1958), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1991.
- BAPTISTA PEREIRA, Miguel (1990), *Modernidade e Tempo*, Coimbra: Minerva.
- BAREL, Yves (1990), “Le grand integrateur” in *Connexions* (56).
- BAUDRILLARD, Jean (1995), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Edições 70.
- BRAGANÇA de MIRANDA, José A. (1985), «Modernidade, Espaço Público e Conflito das Nomeações», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa: (2), pp. 15-40.

BRAGANÇA de MIRANDA, José A. (1986), «Reflexões sobre a Perfeição da Técnica e o fim da Política na Modernidade», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa: (4), pp. 49-57.

BRAGANÇA de MIRANDA, José A. (1994), *Analítica da Actualidade*, Lisboa: Vega.

BRAGANÇA de MIRANDA, José A. (1997), *Política e Modernidade*, Lisboa: Colibri.

CASTEL, Robert (1995), *Les Métamorphoses de la question sociale*, Paris: Fayard.

CASTELLS, Manuel (1999), *Le pover de L'identité*, Paris: Fayard.

DUBAR, Claude (1991), *La Socialisation: construction des identités sociales professionnelles*, Paris: Armand Colin.

GIDDENS, Anthony (1996), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta, 3ª.ed.

GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta.

HABERMAS, Jürgen (1990), *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa: Dom Quixote.

LIPOVETSKI, G. (1983), *A Era do Vazio*, Lisboa: Relógio D'Água.

LYON, David (1992), *A Sociedade da Informação*, Oeiras: Celta

LYOTARD, J. F. (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa: Gradiva, 2ª. ed.

MARTINELLI, M. Lúcia (2000) *Serviço Social Identidade e Alienação*. 6ª. ed. S. Paulo: Cortez.

NEGREIROS, M. A. et al., (1999), *Serviço Social Profissão & Identidade Que Trajectórias*, Lisboa: Veras.

NETTO, José P. (1992), *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, S. Paulo: Cortez.

PERRET, Bernard (1995), *L'Avenir du Travail*, Paris: Seuil.

REICH, Robert (1993), *O Trabalho das Nações*, Lisboa: Quetzal.

ROSE, José (1996), «L'organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports de travail et d'emploi», in *Sociologie du Travail*, Paris: (1), Jan-Mar. pp.63-79.

SHKLAR, Judith (1995), Justice et citoyenneté, in AFFICHARD, Joelle. e BAPTISTE de FOUCAULT, Jean. (orgs) (1995), *Pluralisme et Équité-La justice sociale dans les démocraties*, Paris: Esprit pp.85-101.

SILVA, Maria (1992), «A Crise dos Projectos de Transformação Social e a Prática Profissional do Serviço Social», in *Serviço Social & Sociedade*, S. Paulo: (40), Dez. pp: 101-117.

WALZER, Michael (1983), *Spheres of Justice*, Oxford: Basil Blackwel.